



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

**ANEXO I-A – do PO 064/2022 – ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

**OBJETO:** Contratação de serviços terceirizados de Manutenção Predial e Eletricista de instalações (edificações) para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, compreendendo o fornecimento de mão de obra, equipamentos e uniformes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos documentos que instruem a presente contratação.

**1. Necessidade do demandante**

O **Contrato 12-2020**, com a H2F Construções e Serviços Terceirizados de Mão de Obra – EIRELI, de prestação de serviços terceirizados de manutenção predial e eletricista de instalações (edificações) para o TRT-9ª Região (PROAD 14-2019, Vetor 174018), foi prorrogado por 6 (seis) meses, a partir de 25-05-2022, por meio do Quarto Termo Aditivo ao Contrato 12-2020. **Dessa forma, a contratação atual tem vigência até 24-11-2022 (quinta-feira). Anota-se que a presente contratação atende aos Polos de Cascavel, Curitiba e Maringá.**

O despacho DES ADG 624/2022, no tocante ao posto de Trabalhador na manutenção de edificações, acolheu sugestão da Secretaria de Licitações e Contratos, no sentido de que, *“no próximo contrato de Manutenção Predial, o valor salarial de R\$ 1.836,16 correspondente ao 3º Quartil que equivale à média salarial dos 25% dos maiores salários no Estado do Paraná, conforme consta no site ‘Salário.com.br’, considerando que ‘a adoção de piso salarial convencional, notadamente, traz prejuízos à administração, uma vez que pode gerar maior rotatividade dos empregados contratados com a remuneração mínima prevista para a categoria’*. Em conclusão, o despacho DES ADG 624/2022 determinou: *“Devolva-se à SLC para conhecimento e providências em relação à realização do novo processo de contratação”*.

Além disso, o despacho DES ADG 830/2022 autorizou a inclusão, no novo edital de licitação, da previsão de 1 (um) posto de Trabalhador na manutenção de edificações (COB 5143-25) e 1 (um) posto de Eletricista de instalações (COB 7156-10), em atendimento a demanda do **Núcleo Gerencial de Londrina**.

Por isso justifica-se a contratação de empresa especializada na prestação de tais serviços.

**2. Descrição dos requisitos da contratação**

- Os requisitos necessários ao atendimento da necessidade estão no Termo de Referência, em anexo.

- De acordo com a Instrução Normativa nº. 05/2017, classificam-se como continuados os serviços cuja necessidade de contratação deva se estender por mais de um exercício financeiro e continuamente, na forma do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, portanto, os serviços de Eletricista e Profissional de Manutenção Predial, objeto da presente contratação, preenchem os requisitos estabelecidos para serem tipificados como contínuos.

- A Contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em particular:

I - não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n. 04/2016;

II - não ter sido condenada (a contratada ou seus dirigentes) por infração às leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

a) Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;

b) Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;

c) No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

<p>d) Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;</p> <p>e) No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);</p> <p>f) Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;</p> <p>g) No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.</p> <p>- O prazo de vigência do Contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos da lei 8.666/1993.</p> <p>- Não haverá necessidade de transferência de conhecimento.</p>
<p style="text-align: center;"><b>3. Levantamento de mercado, com prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções</b></p>
<p>Com a publicação da Emenda Constitucional 95/2016, a nomeação de servidores tornou-se mais difícil, uma vez que nos termos do artigo 109, IV e V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, está vedada a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, bem como a realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias. Assim, direcionar servidor para a execução de serviços de Eletricista e Profissional de Manutenção Predial impediria a nomeação de outro servidor que poderia atuar diretamente na área judiciária (área fim).</p> <p>Tampouco seria economicamente viável que o serviço fosse prestado por servidor, posto que o técnico judiciário que ingressa hoje possui remuneração no valor de R\$ 8.501,45, sendo R\$ 3.163,07 relativo ao vencimento e R\$ 4.428,30 de GAJ além do auxílio-alimentação de R\$ 910,08. Isso sem considerar o cômputo do auxílio-saúde que pode ser de até R\$ 1.013,49 e de vantagens pessoais, tais como, Adicional de Qualificação, bem como há também a despesa de natureza previdenciária a ser desembolsada pelo Tribunal, além da necessidade de substituições para o gozo de férias ou outras ausências legais.</p> <p>Em relação às soluções disponíveis para a operacionalização de serviços de Eletricista e Profissional de Manutenção Predial, uma contratação por demanda não seria a mais adequada porque as atividades de manutenção de prédios e eletricitas, não são sazonais, ao contrário, as necessidades da Corte nessa área são permanentes.</p> <p>Por isso justifica-se a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Eletricista e Profissional de Manutenção Predial, uma vez que economicamente continua sendo mais vantajoso do que a prestação de serviços por servidor do quadro do Tribunal. Além disso, o próprio Decreto 9.507/2018 e Portaria nº 443/2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão permitem a terceirização de tais serviços.</p> <p>Em suma, entende-se viável a prestação de serviços de Eletricista e Profissional de Manutenção Predial por meio de terceirização, via postos de trabalho com dedicação exclusiva.</p> <p>Finalmente, cabe ressaltar que outros órgãos da Administração Pública adotam soluções semelhantes (contratação de Eletricista e Profissional de Manutenção Predial) que o TRT 9 pretende contratar, como, por exemplo, Procuradoria da República no Paraná, Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de São Paulo e Universidade Federal da Fronteira Sul.</p>
<p style="text-align: center;"><b>4. Descrição da solução escolhida e justificativa técnico-econômica</b></p>
<p>Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva com fornecimento de mão de obra, uniformes, equipamentos e EPIs necessários ao adequado funcionamento dos sistemas hidráulicos, elétricos e sanitários, equipamentos e instalações</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

das unidades do Tribunal Regional do Trabalho - PR.

A descentralização das atividades da Administração Pública Federal iniciou-se em 1967 por meio do Decreto-Lei 200. A seu turno, a Lei 5.645/1970 indicou algumas atividades que deveriam ser objeto de execução indireta (parágrafo único do artigo 3º posteriormente revogado pela lei 9.527/1997) e a contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra foi regulamentada, de início, pelo Decreto 2.271/1997 e atualmente é disciplinada pelo Decreto nº 9.507/2018 combinado com a Portaria nº 443/2018 do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O artigo 3º, parágrafo 1º desse último Decreto dispõe que no âmbito da Administração Pública Federal as atividades materiais auxiliares, instrumentais ou acessórias aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão poderão ser objeto de execução indireta.

Por sua vez, o artigo 1º, inciso XV da mencionada Portaria MPDG estabelece que as atividades de manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis, serão, de preferência, objeto de execução indireta.

Percebe-se, portanto, que as atribuições de Eletricista e Profissional de Manutenção Predial, na qualidade de atividades materiais acessórias às competências do Tribunal, devem ser objeto de execução indireta, a fim de impedir o crescimento e descentralizar a máquina pública, tornando-a mais flexível, dinâmica e economizando recursos orçamentários do Erário.

Nessa mesma linha, aliás, a Instrução Normativa 5/2017 do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que dispõe em seu artigo 8º que poderá ser admitida a contratação de serviço de apoio administrativo e o seu artigo 9º, inciso IV que dispõe que as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade não serão objeto de execução indireta da Administração Pública.

Uma vez que não há no quadro de pessoal do Tribunal cargos especializados com as atribuições requeridas, a terceirização é indicada para a execução das atividades de manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção e recuperação por meio da contratação de Eletricista e Profissional de Manutenção Predial. Além disso, a contratação exige conhecimentos técnicos especializados de manutenção elétrica e predial, de forma a garantir seu perfeito funcionamento. Entre estes sistemas, têm-se as instalações prediais civis, elétricas, eletrônicas, hidráulicas, sanitárias e outras no mesmo nível de complexidade, que devem ser inspecionadas periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo adequado padrão operacional.

Considere-se, ainda, que serviços de Eletricista e Profissional de Manutenção Predial com mão de obra residente estão inseridos na gestão dos recursos humanos colocados à disposição do Tribunal, na medida em que os trabalhadores terceirizados são a força de trabalho auxiliar do Poder Judiciário e também estão enquadrados nos recursos orçamentários, uma vez que tal dispêndio deixa de impactar no orçamento de despesa com pessoal, conforme a atual política de reforma fiscal e orçamentária adotada no País, nos termos da Emenda Constitucional 95/16.

No mais, direcionar um servidor para o serviço em questão não seria econômico na medida em que o custo médio de um posto de Eletricista de 44 (quarenta e quatro) horas semanais é, conforme pesquisa de mercado, de R\$ 6.831,49, e o custo médio de um posto de Profissional de Manutenção Predial de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de R\$ 5.846,21. Caso o serviço fosse prestado por um técnico judiciário que entrasse hoje a remuneração seria no valor de R\$ 8.501,45, sendo R\$ 3.163,07 relativo ao vencimento e R\$ 4.428,30 de GAJ além do auxílio-alimentação de R\$ 910,08. Isso sem considerar o cômputo do auxílio-saúde que pode ser de até R\$ 1.027,35 e de vantagens pessoais, tais como, Adicional de Qualificação, bem como há também a despesa de natureza previdenciária a ser desembolsada pelo Tribunal, além da necessidade de substituições para o gozo de férias ou outras ausências legais.

Em suma, entende-se viável a prestação de serviços de Manutenção Predial e Eletricista de instalações (edificações) para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por meio de terceirização com dedicação exclusiva, e justifica-se a contratação de empresa especializada na prestação de tais serviços.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

**5. Estimativa das quantidades a serem contratadas**

ITEM	UNIDADE	POSTO	VALOR MENSAL POR POSTO	NÚMERO DE POSTOS	VALOR MENSAL TOTAL
1	Cascavel	Trabalhador da manutenção de edificações 44h	R\$4.860,13	1	R\$4.860,13
2		Eletricista de instalações (edifícios) 44h	R\$6.039,07	1	R\$6.039,07
3	Curitiba	Trabalhador da manutenção de edificações 44h	R\$5.021,06	4	R\$20.084,24
4		Eletricista de instalações (edifícios) 44h	R\$6.622,92	3	R\$19.868,76
5	Londrina	Trabalhador da manutenção de edificações 44h	R\$4.885,79	1	R\$4.885,79
6		Eletricista de instalações (edifícios) 44h	R\$6.465,56	1	R\$6.465,56
7	Maringá	Trabalhador da manutenção de edificações 44h	R\$4.833,45	1	R\$4.833,45
8		Eletricista de instalações (edifícios) 44h	R\$6.370,14	1	R\$6.370,14
Mão-de-obra total				13	R\$73.407,14

DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL TOTAL
Mão-de-obra total	R\$73.407,14
Deslocamento	R\$8.163,38
Equipamentos	R\$1.625,50
Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)	R\$1.097,83
EPIs Covid-19	R\$91,00
<b>Total mensal máximo</b>	<b>R\$ 84.384,85</b>

**6. Estimativa do valor da contratação**

Em relação às planilhas de custo, utilizou-se o modelo recomendado na Instrução Normativa nº 5/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e, em relação aos salários e os insumos, observou-se para o posto de **Manutenção Predial** o estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2024, do **Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do PR (SIEMACO)** (PR000321/2022). Saliente-se, contudo, nesse ponto, que o despacho DES ADG 624-2022 acolheu a sugestão da Secretaria de Licitações e Contratos para que se adote, no próximo contrato de Manutenção Predial, o valor do **piso salarial de R\$ 1.836,16**, correspondente ao 3º Quartil que equivale à média salarial dos 25% dos maiores salários no Estado do Paraná, conforme consta no site "Salário.com.br". Considerou-se que a adoção de piso salarial convencional traz prejuízos à administração, uma vez que pode gerar maior rotatividade dos empregados contratados com a remuneração mínima prevista para a categoria. Concluiu o DES ADG 624-2022 que: *"Dessa forma, tratando-se de medida voltada a evitar os prejuízos trazidos pela rotatividade de mão-de-obra ao Tribunal, acolhe-se a sugestão apresentada na INF CGT 001/2022."*

Para o posto de **Eletricista**, observou-se o estabelecido nas seguintes Convenções Coletivas de Trabalho – CCTs:

- **Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2024, do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (PR001817/2022)**, para os postos de Eletricista do Polo Curitiba;
- **Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2023, do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná Oeste – SINDUSCON/PARANÁ-OESTE (PR001506-2022)**, para o posto de Eletricista do Polo Cascavel;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- **Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2023, do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná Norte (PR001644/2022)**, para o posto de Eletricista do Polo Londrina;
- **Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2024, do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná - Região Noroeste (PR001507-2022)**, para o posto de Eletricista do Polo Maringá.

Com relação à **Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2023, do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná Norte (PR001644/2022)**, para o posto de Eletricista de Londrina, observa-se que as Cláusulas 19ª e 29, § 18, preveem o pagamento de benefícios, desde que preenchidos determinados requisitos, conforme se transcreve a seguir:

**"CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESTÍMULO**

*A título de adicional-estímulo, fica fixado a concessão de 5% (cinco por cento), calculados sobre os salários das respectivas categorias, aos trabalhadores que forem portadores de certificados de conclusão de cursos de aperfeiçoamento técnico, fornecidos pelo SENAI ou por organismos que lhes sejam assemelhados e oficialmente reconhecidos e que já os possuam na data do início de vigência da presente convenção. Os mesmos passarão a fazer jus a essa vantagem, a partir da data em que entregarem os certificados aos empregadores e desde que exerçam na mesma empresa atividades compatíveis com a habilitação decorrente do certificado. Para aqueles que vierem a obter certificados de aperfeiçoamento durante a vigência desta convenção e os entregarem às respectivas empregadoras, **será deferido o adicional estímulo.** (...)*

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRATO PRAZO DETERMINADO / BANCO DE HORAS / KIT ESCOLAR / VALE TRANSPORTE**

*Os Acordos Coletivos de Trabalho para adoção do Contrato de Trabalho por prazo determinado nos termos da Lei 9.601/98, deverão obrigatoriamente contar com a assistência do Sinduscon Norte e também do Sintracom Londrina. (...)*

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** *A empresa acordante concederá ao seu empregado que tenha filhos cursando o ensino fundamental da 1ª a 9ª série, um "kit" de material escolar, no valor limite de **R\$ 80,00 (oitenta reais).**"*

Com relação à **Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2024, do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná - Região Noroeste (PR001507-2022)**, para o posto de Eletricista do Polo Maringá, anota-se que a Cláusula 11ª, item 3, prevê o pagamento de benefício Ajuda Alimentação, desde que o empregado seja associado e/ou contribuinte do sindicato, nos seguintes termos:

**"3 – AJUDA ALIMENTAÇÃO – VALE REFEIÇÃO ou VALE ALIMENTAÇÃO (PARA EMPREGADOS ASSOCIADOS AO SINDICATO LABORAL)**

*TODOS os Empregadores, filiados (associados) e/ou contribuintes ou NÃO ao Sindicato Patronal (Sinduscon Noroeste), pagarão AINDA somente aos trabalhadores filiados (associados) e/ou contribuintes com o Sindicato Profissional, haja vista que os mesmos contribuem com o rateio das despesas das negociações coletivas, o benefício Ajuda Alimentação, por meio de cartões de Vale Refeição ou Vale Alimentação com os benefícios da Lei n 6.321/76, regulamentada pelo Decreto no 5/91, através do PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador, no valor fixo mensal de **R\$ 100,00 (cem reais)**, independentemente da concessão mensal do Vale Mercado estabelecido no item 1 acima. Caso haja pagamento deste benefício para trabalhadores que não são filiados e/ou contribuintes com o sindicato Laboral, o valor recebido será considerado verba salarial sobre a qual incidirão todos os descontos legais e encargos salariais e tributários."*

Dessa forma, considerando que os benefícios acima mencionados são devidos desde que preenchidos determinados requisitos, prever-se-á em Termo de Referência o seguinte item:

- 17.5.1** *O reembolso pela Contratante de valor correspondente a benefício devido a empregado desde que preenchida determinada condição (como, por exemplo, o empregado ser associado e/ou contribuinte de entidade sindical, ou ter realizado curso de aperfeiçoamento profissional, ou, ainda, ter filho cursando o ensino fundamental), estará condicionado ao efetivo pagamento do benefício, em conformidade com a norma coletiva aplicável à contratação (conforme exposto nos anexos Estudos Técnicos Preliminares e Orçamento Estimativo).*

Em relação aos Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições:

INSS: 20%, nos termos da Lei 8.212/91, artigo 22, I

Salário Educação: 2,5% nos termos do Decreto 87.403/82, artigo 3º, I

Seguro de Acidente de Trabalho: 6%, conforme a Lei 8.212/91, art. 22, II "b" e "c" (percentual máximo do FAP de 2% indicado pela previdência social, multiplicado pelo percentual de 3% de RAT)

SESC/SESI: 1,50% - Lei 8.036/90 artigo 30

SENAI/SENAC: 1,00% - Decreto-lei 2.318/86

SEBRAE: 0,60% - Lei 8.029/90

INCRA: 0,20% - Decreto/lei 1.146/70 art. 1º, I

FGTS: 8% - Lei 8.036/90, art. 15, e art. 7º, III da CF.

A Resolução 169/13 do Conselho Nacional de Justiça dispõe acerca da necessidade de provisionamento das verbas a título de 13º salário, férias, terço constitucional de férias, e multa do FGTS, as quais também foram considerados na planilha de custos.

No tocante ao pagamento de refeição diária aos profissionais ocupantes dos postos de Trabalhador da manutenção de edificações, observou-se o previsto no Despacho ODESP 81-2022 (Vetor 174018, ID 7246712), o qual autorizou a formalização do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 12-2020, de 10-02-2022. Transcreve-se o referido despacho:

*"I. A Secretaria de Licitações e Contratos, por meio do Memorando 28/2021, propôs a formalização do terceiro aditamento contratual, destinado a acrescer o pagamento de uma refeição diária aos profissionais da manutenção predial, quando em deslocamento das cidades-sede (Cascavel, Curitiba e Maringá), com efeitos a partir da assinatura do respectivo termo.*

*II. Consultada, a Assessoria Jurídica da Presidência (ASSEJUR) não vislumbrou óbice ao aditamento nos termos propostos (Parecer 16/2022), consignando apenas as seguintes recomendações:*

*i) junte-se, nos autos, o impacto estimado do presente termo aditivo no preço do contrato; ii) acrescente-se cláusula na minuta que descreva o total anual de acréscimo decorrente do aditamento, bem como o novo preço total do contrato; iii) junte-se a adequação orçamentária necessária para o custeio do aditivo proposto e v) atualize-se na minuta a data do documento e o nome da autoridade administrativa signatária que representa o Tribunal.*

*III. Com efeito, o acréscimo pretendido virá conferir tratamento uniforme aos eletricitistas e aos profissionais da manutenção predial, uma vez que, quando há deslocamento das cidades-sede, o item 13 do Termo de Referência do edital (ao qual se vincula a contratação) **previu o pagamento de duas refeições diárias para o eletricitista e de apenas uma para o trabalhador da manutenção**[1]. Essa distinção, segundo esclarece o próprio Termo de Referência, levou "em conta que o eletricitista não percebe auxílio/tiquete alimentação/refeição" (ao passo que a norma coletiva aplicável aos trabalhadores da manutenção predial contempla o pagamento de ajuda de custo/tiquetes-alimentação, em sua cláusula décima segunda, transcrita na Informação SLC 36/2021).*

*IV. Ocorre que, a partir do relato de núcleos gerenciais acerca da dificuldade dos trabalhadores em prover suas refeições quando há deslocamento das cidades-sede, a SLC consultou os sindicatos representativos das categorias profissionais envolvidas, bem como a ASSEJUR, **chegando-se ao consenso de que o pagamento das verbas alimentares previstas nas normas coletivas aplicáveis (independentemente das diferentes nomenclaturas empregadas: vale-alimentação; vale-mercado ou ajuda de custo) não supre a necessidade de custear/indenizar as refeições realizadas nos dias de deslocamento**[2].*

*V. Dessa forma, considerando que a medida propiciará a correção de equívoco do Termo de Referência, com o devido respaldo legal (artigo 65, inciso I, alínea "b", e § 1º, da Lei nº 8.666/1993[3]), **AUTORIZA-SE** o aditamento contratual proposto.*

*VI. Haja vista o acréscimo quantitativo de item já previsto na contratação (a saber, a rubrica "alimentação", no valor unitário de R\$ 27,99), e tendo em vista o tempo decorrido desde a elaboração da minuta até o presente momento, **acolhem-se as recomendações da ASSEJUR.***

*VII. À Secretaria de Licitações e Contratos, para a formalização do aditivo e comunicação ao gestor e fiscais indicados, devendo adotar as providências indicadas pela unidade de assessoramento no item 17 do Parecer 16/2022 (transcritas no item II deste despacho)."*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

Com a formalização do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 12-2020, este passou a prever:

**“CLÁUSULA SEGUNDA – ALIMENTAÇÃO EM DIAS DE DESLOCAMENTO – PROFISSIONAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL – ACRÉSCIMO (JANTAR)**

*Conforme consta do item 13.1.3 (Deslocamentos – Alimentação), do Anexo I, do Termo de Referência, no momento da contratação, restou assegurado sempre que houver a efetiva realização de deslocamentos, o custeio da verba ‘Alimentação’, correspondente a:*

*“13.1.3.1. Duas refeições diárias\* para o eletricitista;*

*13.1.3.2. Uma refeição diária para o profissional da manutenção predial.”*

*Em razão disso, tendo em vista o disposto na cláusula primeira, do presente instrumento, a Contratante se obriga a pagar à Contratada o acréscimo correspondente ao valor da segunda refeição do dia, a título indenizatório, ao profissional de Manutenção Predial, sempre que comprovada a efetiva realização de deslocamento para prestação de serviços em outra localidade.”*

Insumos:

Para a obtenção dos valores de insumos: uniformes e equipamento de proteção individual, efetuou-se pesquisa de mercado no Banco de Preços, nos termos da Instrução Normativa 73/2020, e em sítios eletrônicos. Utilizou-se como critério para a obtenção do valor a média dos itens pesquisados sendo desconsiderados valores subavaliados ou superavaliados.

**7. Parcelamento ou não da solução**

Conforme disposto no artigo 24, § 1º, VIII, da IN 5/2017, os Estudos Preliminares devem trazer as *“justificativas para o parcelamento ou não da solução quando necessária para individualização do objeto”*.

Considerando que o presente caso concreto visa à contratação de apenas dois tipos de postos (Eletricista e Profissional da Manutenção Predial), com variação apenas por localidade (Cascavel, Curitiba, Londrina e Maringá), para a realização de serviço não divisível (*manutenção elétrica e predial*), é inaplicável o parcelamento. Em caso de parcelamento teríamos ainda duas empresas diferentes prestando o serviço tornando difícil apurar responsabilidades em casos de falhas na execução.

**8. Contratações correlatas ou interdependentes**

Não existem contratações correlatas ou interdependentes com o objeto da presente contratação;

**9. Conexão entre a contratação e o planejamento estratégico do TRT 9ª Região**

Consta no Plano Estratégico do Tribunal de 2021-2026:

**“PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO”**

**OBJETIVO ESTRATÉGICO: APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA COM A OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS PLANEJADOS**

*“Assegurar a eficiência da gestão de custos vinculada à estratégia, por meio do funcionamento aperfeiçoado de mecanismos de administração orçamentária e financeira, com dados íntegros sobre o planejamento e a qualidade da execução do orçamento”.*

A contratação encontra-se prevista no Plano de Aquisições 2022 – SLC – Secretaria de Licitações e Contratos, no processo Vetor 266782, ID 6199890, item SIGEO 151102022000223.

Finalmente, frise-se que não há política pública a ser atendida com a presente contratação.

**10. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis**

Em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

financeiros disponíveis, tem-se que direcionar um servidor para o serviço em questão não seria econômico na medida em que o custo médio de um posto de Eletricista é de R\$ 6.831,49, (média dos orçamentos pesquisados) e de um posto de Profissional de Manutenção Predial, R\$ 5.846,21, e a remuneração do cargo efetivo dos servidores que exercem o cargo de técnico judiciário com especialidade de apoio em serviços diversos e que hoje exercem outras funções representa uma despesa mensal de no mínimo R\$ 8.501,45. O vencimento básico deste cargo é de R\$3.163,07, o que somado à gratificação de atividade judiciária (GAJ) no valor de R\$ 4.428,30 e ao auxílio alimentação de R\$ 910,08 totaliza a remuneração acima citada de R\$ 8.501,45. Isso sem considerar o cômputo do auxílio-saúde que pode ser de até R\$ 1.027,35 e de vantagens pessoais, tais como, Adicional de Qualificação, bem como há também a despesa de natureza previdenciária a ser desembolsada pelo Tribunal, além da necessidade de substituições para o gozo de férias ou outras ausências legais.

Dado o exposto, conclui-se que a presente contratação se destina a garantir a melhora da prestação jurisdicional à sociedade por meio de solução (terceirização ao invés da execução dos serviços por servidor público) mais eficiente e eficaz disponível.

**11. Providências para adequação do ambiente do órgão**

Não serão necessárias adequações nas Unidades do Tribunal que irão receber os Eletricistas e Profissionais de Manutenção Predial, tampouco será necessária capacitação dos servidores responsáveis pela contratação e fiscalização do contrato, uma vez que este Tribunal já possui contrato semelhante.

**12. Possíveis impactos ambientais**

Não há a previsão de impactos ambientais decorrentes da presente contratação.

**13. Viabilidade ou não da contratação**

Após este estudo preliminar, verificamos que o serviço objeto desta contratação é fundamental para a garantia do desempenho das atividades regulares dos servidores, membros e demais pessoas que frequentam diariamente o órgão, devido a regular manutenção dos ambientes, e além é claro da preservação e manutenção do patrimônio público. Com esta contratação será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da Administração, isto posto constatamos, portanto, que é uma contratação viável. Será consignado a existência de orçamento disponível para a contratação.

**Anexos**

- CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) dos postos de Eletricista e Profissional de Manutenção Predial;
- Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2024, do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do PR (SIEMACO);
- Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2023, do SINDUSCON OESTE (PR001506-2022), para o posto de Eletricista do Polo Cascavel;
- Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2024, do SINDUSCON PARANÁ (PR001817/2022), para os postos de Eletricista do Polo Curitiba;
- Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2023, do SINDUSCON NORTE (PR001644/2022), para o posto de Eletricista do Polo Londrina;
- Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2024, do SINDUSCON NOROESTE (PR001507-2022), para o posto de Eletricista do Polo Maringá;
- Mapa de Riscos;
- Planilha da estimativa da despesa;
- Planilha modelo de custos, uniforme, equipamentos;
- Pesquisa de Preços;
- Tabela comparativa de preços.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**  
Equipe de Planejamento da contratação:

MÁRCIO DOS SANTOS HIDALGO

FERNANDA DE ALMEIDA SANTANA

ADRIANO FERREIRA RAMOS

---